A ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Olgaíses Maués – UFPA - olgaises@uol.com.br

O trabalho tem sido, nos últimos 20 anos, uma categoria questionada por alguns teóricos, que vêem na reestruturação produtiva o seu fim, advogando mesmo uma sociedade sem classes, logo sem a classe trabalhadora.

No final de milênio e no início de um novo estamos vivendo profundas e significativas mudanças no mundo, nas mais diferentes esferas. Uma nova compreensão da centralidade do trabalho surgiu, uma divisão internacional do trabalho teve lugar, uma transformação ético – cultural está acontecendo. Qualquer análise que se faça hoje, seja de ordem econômica, política ou social, precisa estar articulada às mudanças que vêm se operando no mundo do trabalho.

As transformações pelas quais as sociedades vêm passando, resultante das profundas alterações na esfera da produção em nível planetário, põem em cheque os paradigmas até então vigentes e aceitos nas Ciências Sociais. Atualmente se tem um novo paradigma produtivo, representado pela reestruturação produtiva, em função das inovações tecnológicas introduzidas no mundo do trabalho. Ocorreram mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho. O fordismo, como prática de gestão que implica uma separação entre o pensar e o fazer, fragmentando com isso o processo de trabalho e contribuindo para o trabalho alienado estaria superado, em função das novas formas de trabalho, surgindo assim o pós-fordismo ou o toyotismo, ou acumulação flexível.

As mudanças que vêm se processando na base material de produção modificaram os processos de trabalho, trazendo como conseqüência uma forte mudança na questão do emprego na sociedade. Essas mudanças são decorrentes da crise estrutural que o capitalismo viveu (mais uma) nos anos de 1970/80. Sabe-se que essas crises, nesse modo de produção, são

sempre decorrentes da diminuição do processo de acumulação, inerente ao modelo, quando a taxa de lucro, composta pelo capital fixo e variável, diminui, ocasionando um rebatimento no crescimento econômico e conseqüentemente na questão do trabalho e do emprego.

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho têm exigido novas compreensões dessa categoria de análise que tem hoje um significado diferente de épocas passadas, indo desde a negação da centralidade do trabalho enquanto categoria sociológica, tese defendida por Claus Off (1989), até a afirmação peremptória de que o trabalho não perdeu a sua centralidade, conforme enfatiza Antunes.

Outras teses que anunciam o fim do trabalho abstrato, como é o caso de Adam Schaff, (1985) e Kurz (1992) que vêem o desaparecimento das classes fundamentais isto é, do proletariado e da burguesia, com isso apregoando o fim da sociedade do trabalho. Alguns autores indicam o surgimento da Sociedade do Conhecimento, ou seja, aquela em que a base técnica, constituída pela microeletrônica associada à informatização, vai exigir uma força de trabalho que se ocupa mais com a cabeça do que com os braços e a força muscular.

Na medida em que alguns teóricos defendem o fim da "sociedade do trabalho" e apontam o término das classes, portanto do proletariado, colocando no lugar a "sociedade do conhecimento" e o surgimento do chamado cognitariado, (MASI 1999) outros apontam o surgimento da sociedade pós-industrial, o que se dá como esgotamento do modelo fordista de produção (HARVEY,1998).

A própria compreensão do que seja "trabalho", como categoria de análise, está em cheque. Para alguns o trabalho abstrato,(KURZ,1992) aquele que produz mercadoria e tem um valor de troca teria acabado, restando apenas o trabalho concreto, ou seja aquele que produz valor de uso, isto é coisas socialmente úteis e necessárias, o chamado trabalho qualitativo. A compreensão do trabalho como "um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza como uma de suas forças" (MARX, 1983), este não existiria mais.

As inovações tecnológicas, com a reestruturação produtiva seriam a causa da alteração na concepção de trabalho, deixando este de ser "o momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência" (ANTUNES,1995, p.123), perdendo a sua centralidade e apontando com isso para a criação da sociedade de serviços, pós - industrial e pós - capitalista.

Esses fatos alteram diretamente o mundo do trabalho, esse espaço simbólico onde se passam as relações sociais de produção, o *locus* onde se definem as novas formas de produção e de organização. Ao se analisar as transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo, percebe-se que hoje esse mundo é realmente global, assim como o capitalismo ao qual aquele é subsumido.

Essa globalização implica a questão social, o movimento operário, o sindicalismo a divisão internacional do trabalho. Significa também que as características do mundo do trabalho passam a ser mundiais, tais como as "'novas" formas de organização do processo de trabalho, das relações trabalhistas, das condições jurídicos políticas da organização do movimento operário, dentre outras.

Pode-se incluir outras características que reforçam a tese de Otavio Ianni (1992) quanto à globalização do mundo do trabalho, tais como o fechamento de indústrias e fábricas, a redução do tamanho de empresas, a alteração dos contratos de trabalho, o surgimento do emprego temporário, regime de trabalhos mais flexíveis. Tudo isso deu lugar a redução do emprego regular e o aparecimento do trabalho parcial, precarizado, temporário ou sub-contratado.

Essas modificações fizeram surgir novas formas de relações sociais, novas instituições sociais, novas formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, novos valores, novas categorias, novos conceitos, novos princípios e novos parâmetros. Novos processos de trabalho emergem, nos quais o cronômetro e a produção em série, características marcantes do fordismo/taylorismo - são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por outras formas de adequação da produção à lógica do mercado. Direitos e conquistas

históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

As mudanças no mundo trabalho, decorrentes das alterações na base físico- material da produção, criam um outro padrão tecnológico que tem como símbolo a informática, possibilitando o armazenamento e processamento da informação numa velocidade sem precedentes. As inovações tecnológicas vão dizer como fazer, com o quê, o quê e para quem produzir. Isto significa que elas contribuem para o controle gerencial da produção e do processo de trabalho; diminuem a dependência do capital em relação ao trabalho, já que pode ser incorporado à máquina o saber do trabalhador. Também contribuem para o desenvolvimento de sistemas de controle sobre o trabalhador através da especificação do ritmo de trabalho que o mesmo deve seguir.

As implicações da inovação tecnológica, dentre outras, representa a substituição do trabalho humano pela máquina, ou pela mudança radical das formas de produção, criando assim a chamada reestruturação produtiva. Todas essas mudanças no mundo do trabalho, incluindo aí o modelo até agora vigente do trabalho fragmentado, foram substituídos por formas diferentes de trabalhar, de gerenciar e controlar esse trabalho, havendo com isso a necessidade de organização desse trabalhador que precisará estar agrupado para enfrentar as novas demandas e desafios postos.

O século XX foi "atravessado" pelo modo de produção capitalista no mundo ocidental e pelo processo de produção fordista/taylorista. Este modelo, que durante cerca de meio século, atendeu as necessidades do capital, começou a ruir na década de 60/70, em função de alguns fatores, dentre eles a incapacidade do mesmo de conter as contradições próprias do capitalismo. A crise internacional de 1973, representada basicamente pelo aumento do preço do petróleo pelos países árabes, além da busca por inovações que permitissem uma maior acumulação do capital, acelerou as mudanças nos processos produtivos, começando assim uma nova era denominada de "acumulação flexível".

Ricardo Antunes (1995) no seu livro "Adeus ao Trabalho", aponta algumas características decorrentes dessas transformações no mundo do trabalho, tais como: diminuição da classe operária industrial tradicional; expansão do trabalho assalariado no setor de serviços; incorporação do contingente feminino em maior número; subproletarização intensificada, representada pelo trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado; desemprego estrutural.

Todas essas transformações que ocorreram repercutiram diretamente sobre o mercado de trabalho que passa a impor regimes de contratos mais flexíveis. O mercado de trabalho **é** caracterizado como o espaço abstrato onde as negociações ocorrem no sentido de compra e venda da força de trabalho para a produção de bens que serão vendidos e comprados. Ou ainda como diz Claus Offe o mercado como princípio predominante de alocação, para a atribuição das atividades humanas e dos meios de subsistência. A partir das necessidades postas de produção, definidas e reguladas pelo mundo do trabalho, o mercado define o perfil do trabalhador que ele precisa, assim como o tipo de mercadoria a ser produzida.

Este mercado também se internacionalizou. Aliás, a globalização representa a busca desenfreada do capital pela ampliação de mercados onde os produtos produzidos pudessem ser vendidos. Com a crise do capitalismo, a internacionalização da economia, com a concentração das decisões nas mãos dos países mais ricos, com a desregulamentação do trabalho, com flexibilização das regras de contratação, com a revolução tecnológica, com os novos processos produtivos, não só o perfil do trabalhador "comprável" mudou como também os postos de trabalho diminuiram, o emprego escasseou.

Em função das mudanças na economia, na política, nas bases produtivas e tecnológicas, o mercado de trabalho passou por uma radical mudança que representa um aumento de desempregados, de contratos flexíveis, um enfraquecimento do poder dos sindicatos.

O Sindicalismo brasileiro

É nesse contexto de mudanças estruturais, de crise no trabalho, de globalização e financeirização da economia, de reforma do Estado, de críticas ao Welfare State de implantação do neoliberalismo que o Sindicato, enquanto espaço de luta e resistência da classe trabalhadora, sofre impactos significativos na sua configuração, finalidades e formas de ação. Aliás, o Sindicato enquanto organização, foi um dos responsáveis pela conquista dos direitos socias na vigência do Estado de Bem Estar. Nesse período a atuação dessa entidade foi fundamental para as conquistas que os trabalhadores tiveram.

O Sindicalismo brasileiro nos últimos 20 anos sofreu profundas transformações, não tendo ficado imune às mudanças referidas no item anterior deste texto. O nascimento da organização dos trabalhadores na década de 1930, em nosso país foi marcado pela forte mão do Estado que o atrelou ao Ministério do Trabalho do qual dependia o reconhecimento para funcionamento, sendo os próprios dirigentes designados por esse órgão.

A ditadura militar vivida pelo país por 21 anos, (1964-1985) trouxe seu autoritarismo também sobre a organização dos trabalhadores, via sindicato. O golpe de Estado de 1964, deferido pela aliança da burguesia nacional e internacional com os militares brasileiros, impôs um modelo ditatorial ao sindicalismo, dando praticamente uma continuidade à estrutura sindical corporativa existente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-53). Apesar dos chamados "anos de chumbo" da ditadura os trabalhadores continuaram, mesmo na clandestinidade, a se organizar. Nos anos de 1970, já na segunda metade, surge o "novo sindicalismo", cujas principais características foram de se voltar para os interesses imediatos da classe; de fazer uma aproximação com a base da categoria que representava; pela radicalização, pelo combate à intransigência dos patrões; na luta contra uma legislação autoritária e arcaica. E acima de tudo, ou como base esse "novo sindicalismo" lutava pela liberdade de reunião e pela autonomia sindical, se opondo fortemente à ligação umbilical do sindicato ao Estado, marca registrada desde 1930.

Esse "novo sindicalismo" que surge ainda no seio da ditadura militar, já nos seus estertores, levou à criação, em 1983, de uma nova forma de

organização dos trabalhadores, a denominada Central Única de Trabalhadores (CUT), como resposta a intransigência dos patrões, e que proclamava autonomia em relação ao governo, aos partidos políticos e à Igreja. Outras Centrais surgiram como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986, como uma oposição à anterior.

Mas é a CUT que tem destaque na metade dos anos de 1980 e início dos anos 1990, pelas posições aguerridas em prol da luta dos trabalhadores. Contudo, essa Central que surgiu dos embates dos trabalhadores que se deram por dentro da ditadura militar e que se tornou na maior central sindical da América Latina, congregando um número considerável de sindicatos, começou a deixar de representar os interesses dos trabalhadores e a se conformar como uma agência que passa a representar os interesses do governo.

A conjuntura internacional, a globalização da economia, a reestruturação produtiva, o surgimento do Estado neoliberal levaram a uma inflexão do movimento sindical, mudando as bandeiras de luta por salários, para luta por emprego. Além disso a chamada revolução tecnológica, trouxe no seu bojo a precarização do trabalho, a flexibilização dos contratos, alterando os objetivos e finalidades do movimento sindical. Surge nesse momento o chamado sindicalismo de resultados.

Em função dessas questões é que os trabalhadores começam a se mobilizar, via sindicatos, para romperem com esse modelo de Central, que segundo eles, não atendia mais aos princípios de autonomia com os quais se originou. Assim é que surge, após inúmeras reuniões, debates e encontros uma Coordenação de Lutas (CONLUTAS), que se propõe a "organizar a luta contra as reformas neoliberais". No Estatuto da nova entidade é explicitado que esta tem "caráter classista que se constitui como instrumento para a defesa das reivindicações, direitos e interesses da classe trabalhadora em seu conjunto".

Um aspecto importante a ser destacado é que a CONLUTAS poderá agrupar

> [...] em seu interior os trabalhadores organizados nos sindicatos, os desempregados, os aposentados, os

> trabalhadores que se organizam nos diferentes movimentos populares e sociais da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão, as organizações estudantis, as da juventude e outras afins que decidirem participar da luta da classe trabalhadora.(CONLUTAS, 2005).

Dessa forma, a criação da CONLUTAS representa a insatisfação de parte dos trabalhadores com o papel que a CUT passou a desempenhar a partir da metade dos anos de 1990, acentuando com a ascensão ao poder do governo conduzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das críticas feitas à Central Única dos Trabalhadores é referente ao atrelamento ao governo, deixando, assim, de representar os interesses da classe trabalhadora.

A defesa à proposta do governo de Reforma Sindical e Reforma Trabalhista é uma das manifestações das posições que a CUT têm tomado nos últimos anos, fazendo com que alguns dos sindicatos a ela filiados comecem a efetivar um processo de desfiliação, mesmo que isso represente uma ruptura difícil e dolorosa.

A criação pelo governo Lula do Fórum Nacional do Trabalho, um órgão tripartite, do qual fazem parte o governo, os empresários e os trabalhadores, estes últimos representados pela Central, foi o espaço determinado para a discussão da Reforma Sindical, cuja proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde se encontra.

A Reforma Sindical, se aprovada nos termos que se encontra, vai retirar muito dos direitos trabalhistas, resultado de lutas que se transformaram em conquistas dos trabalhadores. Isso porque está incluído no Projeto de Lei a lógica da prevalência do negociado sobre o legislado, o que evidentemente enfraquecerá a organização dos trabalhadores. Outros aspectos dessa reforma é a atribuição que será dada às Centrais de negociarem independentes dos Sindicatos que representam, deixando

portando a questão de base e classista e voltando a ter destaque um sindicalismo de cúpula.

O sindicalismo docente

Vianna (2001) realizou uma pesquisa sobre a produção acadêmica relativa à organização docente e com base nesse estudo que incluiu dissertações (47) e teses (7), a autora classificou os resultados em blocos, cujos títulos são auto-explicativos. No primeiro bloco estão os trabalhos que tratam da formação política e consciência de classe. Os achados mais significativos em relação a esse ponto foram de que a organização se dá pelo sindicato e que este exerce, por meio da luta, uma função política e educativa, tendo um caráter político-pedagógico e pedagógico-político. O segundo bloco caracterizado pela autora foi denominado de Organização docente em crise. Os trabalhos examinados sob essa rubrica dão ênfase à prática sindical, ao modelo de organização coletiva e na ruptura das entidades com o assistencialismo e com o associativismo. Como se pode observar há um interesse dos professores em relação à organização de sua categoria e mesmo havendo períodos de menor mobilização isso não significa necessariamente um desinteresse pelo Sindicato, enquanto forma de organização.

O objetivo deste texto é de apresentar, de forma sucinta, a trajetória do movimento de docentes da educação superior, no período que vai da aglutinação das associações até o presente. Mais especificamente o trabalho bibliográfico visa analisar de forma crítica parte da trajetória desse movimento, procurando não apenas resgatar a história, isso também, mas apresentar o perfil classista que esse movimento, hoje Sindicato tem desde suas origens.

O hoje ANDES – Sindicato Nacional (ANDES-SN) nasceu junto com o "novo sindicalismo" tratado na seção anterior deste trabalho. Ou seja, surgiu ainda no período da ditadura militar, no final dos anos de 1970, como uma reação organizada contrária aos violentos ataques que o governo militar desferiu sobre as Universidades desde o início do golpe. Se o peso das ações antidemocráticas dos militares recaiu sobre toda a sociedade,

limitando os direitos, ferindo a democracia, fechando o Congresso Nacional, prendendo, torturando, cassando, assassinando, na Universidade os efeitos não foram menores. Nessa instituição se instalou desde 1964 uma verdadeira caça às bruxas, com aposentadorias compulsórias, demissões, falta de liberdade com a instalação de Assessorias de Seguranças Informações (ASI) nos gabinetes dos reitores, cujo papel era delatar os colegas, estabelecendo um verdadeiro clima de terror.

Dentro do espírito do "novo sindicalismo", a então Associação Nacional de Docentes da Educação Superior (ANDES) nasce também com o objetivo de organizar os professores a partir dos locais de trabalho, ou seja de cada Universidade, Faculdade, a lutar contra a ditadura, pela construção da democracia plena, a se organizar autonomamente para lutar pela educação publica, gratuita e laica. Assim, apesar de ser uma Associação, tendo em vista que os servidores públicos não podiam se organizar em sindicatos, por força de lei, a ANDES já nasce com o espírito combativo e desenvolvendo as atividades inerentes a uma organização classista.

A construção da ANDES começa em 1978, por meio de uma reunião de algumas associações docentes então existentes (MACIEL, 1981) e se concretiza em 1981 após inúmeros encontros que culminaram no dia 19 de fevereiro de 1981 com a fundação da Associação, em um Congresso realizado na cidade de Campinas, São Paulo, quando 287 delegados credenciados, vindo de várias partes do país, decidem por unanimidade pela criação da entidade que pudesse, de forma democrática, organizar o movimento docente. Assim nasce a ANDES, forte, combativa, classista, de base.

Segundo Maciel (1981), o primeiro diretor da entidade, o Congresso que criou a ANDES decide que esta será

> [...] autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e

político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares.

Dias (2005) reitera a fala de Maciel dizendo que a ANDES surge no processo de radicalização da luta pela democracia, da definição de uma estrutura de carreira e da recuperação salarial. Um outro aspecto ressaltado por esse autor é do papel das associações de docentes, que surgem como novas formas de organização, auto-sustentadas e autônomas em relação ao Estado.

O ANDES-SN desde o seu nascimento traz uma forma diferenciada de organização. A decisão foi de que ele representaria a categoria docente universitária, reunindo os professores das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), das Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES) e das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES), além dos professores de 1º. e 2º. Graus das instituições federais de ensino.

Mas os professores na fase de organização, mesmo antes da formalização da entidade que iria lhes representar, já estavam engajados nas lutas, tendo, em plena ditadura, deflagrado uma greve em 1980 na Universidade Federal de Goiás, também várias paralisações ocorreram no período, mesmo com todas as dificuldades próprias da conjuntura que o país vivia.

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe uma conquista para os servidores públicos, a possibilidade de se organizarem em sindicatos, o que levou a então ANDES no mesmo ano, em um Congresso Extraordinário, realizado no Rio de Janeiro, deliberar pela transformação em Sindicato Nacional. Em 1990 o, agora, ANDES-SN, solicitou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego o Registro Sindical, temática que retornaremos adiante.

O coletivo do ANDES-SN entende que o Sindicato deve ter no horizonte os interesses gerais da sociedade e não somente os específicos dos docentes, até porque esses últimos vivem em uma dada sociedade. Em

1989 ocorre a filiação do movimento docente à Central Única dos Trabalhadores, decisão tomada no 8º. Congresso do ANDES, realizado em São Paulo. Essa decisão se deveu ao fato da Central representar, naquele momento, uma entidade classista e combativa que lutava pela democracia da sociedade brasileira e unificava a luta dos trabalhadores.

Os governos neoliberais e o movimento docente

Do momento da organização docente em sindicato, em 1990 até os dias atuais o movimento de professores desempenhou um papel importante na história da sociedade e da educação brasileira. As inúmeras lutas empreendidas, as conquistas obtidas, os embates desenvolvidos tornaram o ANDES-SN o maior sindicato de docentes da América Latina, não apenas em número de filiados, cerca de 70 mil, como no processo de resistência e de enfrentamento aos governos neoliberais.

Após a democratização do país e com a primeira eleição direta para presidente da república, passado o longo período de ditadura militar, o ANDES-SN teve um papel fundamental na consolidação democrática. O papel que já vinha desempenhando anteriormente na luta contra a ditadura, pela Anistia Geral e Irrestrita, pelas Diretas Já[1], foi intensificado, agora na direção da defesa intransigente de uma sociedade justa e igualitária e de uma educação pública e gratuita.

A década de 1990 trouxe a "abertura democrática" ao país e a eleição de governos neoliberais que têm se destacado pelo ajuste estrutural, pela privatização das empresas estatais, pelo enxugamento do quadro de funcionários públicos, dentre outras medidas. Na educação a característica maior desses governos neoliberais tem sido tanto a privatização da educação superior, privatização essa em termos de ampliação, por meio de leis que facilitem a criação de instituições particulares, quanto a privatização interna das instituições públicas, por meio de cobranças de taxas, cursos pagos, de estabelecimento de convênios com empresas privadas, enfim com a perda da autonomia e a instalação de uma

[1] Lutas que a sociedade civil organizada empreendeu, sendo a primeira relativa à anistia dos presos políticos, o que redundou na volta dos exilados, incluindo o educador Paulo Freire, em 1979; a segunda o movimento pelas eleições diretas e democráticas.

heteronomia, o que significa que o mercado hoje determina o tipo de curso, de pesquisa e até de instalações que as IES devem ter.

Por meio de Medidas Provisórias emitidas pelo Executivo e que são remetidas ao Congresso Nacional que as transforma em Leis, ou por meio de Decretos, ou Projetos de Lei também de autoria do Executivo, ou de algumas iniciativas do Congresso Nacional o governo federal, com ênfase aos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), têm realizado a Reforma da Educação Superior. Esse fato deixa clara a face dos interesses privados dos quais as propostas de reforma são portadoras. Algumas medidas aprovadas e em vigência como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2004), o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2005), a Lei de Inovação Tecnológica (2005), a Universidade Aberta do Brasil (UAB, 2005), a Educação a Distância (2005), o Plano de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Educação Superior (REUNI, 2007), o Banco de Professor Equivalente (MEC, 2007) são elementos constitutivos da reforma universitária, que são implementas de maneira fragmentada, para causar um impacto menor.

Essas medidas incidem diretamente sobre o ser e o fazer do docente que atua na educação superior, mudando seu ethos, alterando o sentido do trabalho, realizando uma intensificação e precarização do trabalho, criando uma lógica produtivista que tem afetado profundamente a organização da gestão e do trabalho do professor.

Nesse contexto o ANDES-SN tem desempenhado um papel fundamental de resistência a esses avanços neoliberais e neoconservadores, numa luta quase solitária contra essas medidas populistas. A luta dessa entidade tem sido contra todas as reformas neoliberais, como da Previdência, da Educação, Sindical, Trabalhista, que tem se caracterizado sistematicamente por retirar direitos duramente conquistados.

Em função desse embate o Sindicato tem sofrido retaliações e o governo tem privilegiado nas suas negociações uma entidade que surgiu como um braço seu, para justamente tentar minimizar as ações do ANDES, dividindo os seus filiados e recriando a figura do que se denomina “pelego”,

ou seja, aquele trabalhador que representa e defende os interesses do patrão.

As lutas empreendidas pelo ANDES ao longo dos 27 anos de existência são importantes, dentre elas destacamos a luta pela carreira única entre professores do ensino superior e da educação básica, representado pelas Escolas de Aplicação e pelas antigas Escolas Técnicas Federais, hoje Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET), pela isonomia entre ativos e aposentados, incorporação das gratificações, contra as fundações privadas que atuam no interior das universidades.

Em tempos neoliberais a Central Única dos Trabalhadores (CUT) à qual o ANDES-SN se filiou em 1989, também passou a representar os interesses governistas, em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Em função das posições que essa entidade vinha manifestando, tendo inclusive sido favorável à Reforma da Previdência ocorrida de 2003 e que retirou direito dos aposentados, impingindo a esses o retorno da contribuição previdenciária, o ANDES-SN começou uma discussão em relação à desfiliação dessa entidade.

Os docentes não estavam imunes, nem ausentes dessas questões. Após cerca de dois anos de discussões nas bases, isto é nas Associações Docentes, Seções Sindicais do ANDES, no 24º. Congresso, ocorrido em 2005, ocorreu a desfiliação da CUT. A decisão congressual foi a seguinte:

> O 24º. Congresso, realizado em 2005, deliberou que o ANDES-SN
>
> **1**. desfilie-se da Central Única dos Trabalhadores;
>
> **2.** continue, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados;
>
> **3.** reafirme seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado e patrões e intensifique, em

> conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, CONLUTAS e outros, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária. (ANDES, 2005).

Em Nota Pública (2005) o ANDES-SN informou os motivos da desfiliação à CUT, dos quais destacamos

> Os desvios em relação ao curso original da central ao longo dos últimos anos e a perda de sua independência a partir da eleição do atual governo vêm sendo impostos pela direção majoritária em condições não-democráticas que acabam por ser mais fortes que a resistência do conjunto dos segmentos que, no interior dela, ainda buscam a defesa de sua autonomia e a recuperação de sua combatividade.

Dessa forma a direção do Sindicato procura demonstrar as mudanças de rota em relação aos princípios originais daquela Central, ferindo assim aquelas entidades que se mantinham fiel ao Programa de Fundação.

Após mais dois anos de discussão, de amadurecimento, sempre pelas bases o ANDES se filiou no 26º. Congresso, 2007, à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), visando fortalecer a luta sobretudo em relação à reforma sindical que está em curso, que segundo análise do Projeto de Lei, trará graves prejuízos para os docentes das instituições públicas e privadas, dentre eles a restrição ao direito à greve, a mudança da concepção de liberdade sindical e da livre organização dos trabalhadores.

A organização dos docentes da educação superior no Brasil continua sofrendo graves pressões, em função das posições de resistência ao neoliberalismo, às privatizações, à mercantilização e ao empresariamento da educação e pela luta geral em defesa de uma sociedade socialista.

O último Congresso do ANDES-SN realizado (2008) decidiu que, neste ano, a centralidade da luta será para intensificar a participação na reorganização e unificação da classe trabalhadora na luta contra as políticas e reformas neoliberais, em defesa dos direitos sociais; lutar pela ampliação do acesso e pela garantia de permanência nas IES públicas, gratuitas e de qualidade, socialmente referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora, com garantia de financiamento público, autonomia, democracia e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; lutar pela valorização do trabalho docente e contra toda forma de precarização; lutar pela ampliação da participação da categoria no Sindicato por meio da intensificação do trabalho de base.

A inconclusão da organização docente

O Movimento Docente brasileiro está em plena construção. Quando já tinha um Registro Sindical concedido pelo Ministério do Trabalho em 1990, com uma Certidão de Registro de Entidade Sindical, dando legitimidade à entidade para representar seus filiados em todo o território nacional, eis que, visando o imposto sindical, entidades sindicais entraram junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio de Mandado de Segurança, pedindo a anulação da concessão do registro. O ANDES-SN recorreu e ganhou a causa, ou seja de manter o Registro Sindical. Contudo o Ministério do Trabalho passou anos para cumprir a decisão do STJ. Quando esta foi executada, um dos Sindicatos que se sentiu prejudicado entrou com recurso de Agravo de Instrumento obteve decisão judicial do Tribunal Regional Federal que suspendeu novamente o Registro.

A Assessoria Jurídica do ANDES-SN está tratando do assunto e o fato parece evidenciar mais um dos embates que a entidade tem enfrentado em função das posições de resistência, de combatividade e de autonomia que têm mantido em relação ao governo.

Apesar da falta do Registro Sindical está *sub judice* o ANDES-SN continua atuando enquanto um sindicato, no sentido da defesa intransigente de seus filiados, pela unicidade da luta e por uma outra sociedade, sobretudo contra a precarização do trabalho docente e pela

educação pública, gratuita e com qualidade social. A compreensão do fato é sintetizada por um dos diretores (2006-2008) que afirma: "Nós, que sempre defendemos a liberdade e a autonomia sindical, entendemos o registro como uma formalidade cartorial, pois sindicato é aquele que luta pela categoria que representa. Portanto, sindicato é aquele que representa a base".(ANDES/2007)

A conjuntura atual na sociedade brasileira, com destaque para as instituições de educação superior, sobretudo às públicas, tem levado a uma desconfiguração do papel dessa instituição, moldando-se aos poucos aos ditames do mercado. A regulação das políticas de educação superior, como as citadas no corpo deste texto, tem acentuada a privatização do público, impingido aos docentes a lógica do produtivismo, intensificando o trabalho e aumentando as perdas dos direitos trabalhistas, conquistados nas lutas e embates de décadas, que têm caracteriza a atuação do ANDES-SN.

A organização portanto é um processo e depende das bases e de uma direção legítima, que represente os interesses dos sindicalizados. Pode-se dizer que a organização dos docentes brasileiros está na luta.

Referências

ANDES-SN **Ministério do Trabalho nega registro sindical à ADUFSCAR. Dezembro2007.** Disponível em http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4940

ANDES-SN. **Relatório do 24º. Congresso do ANDES-SN**. 2004. Disponível em: www.andes.org.br

ANDES-SN. **Relatório do 26º. Congresso do ANDES-SN**. 2006. Disponível em: www.andes.org.br

ANDES-SN. **Relatório do 28º. Congresso do ANDES-SN**. 2008. Disponível em: www.andes.org.br

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário oficial** de 15 de abril de 2004, p.3.

BRASIL. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.**Diário Oficial da União** de 14.1.2005

BRASIL, Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial de** 03.12.2004, Seção I, Pág. 2.

BRASIL. Decreto nº. 5.800 de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. *DOU* de 9 de junho de 2006, p. 4.

BRASIL. Decreto Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **D.O.U.** de 25 de abril 2007, p. 7.

BRASIL/MEC Portaria Normativa Interministerial nº. 224 de 23 de julho de 2007. Altera a Portaria nº. 22 de 30 de abril de 2007.**DOU.** Seção 1 nº. 141 de 24 de julho de 2007.

BRASIL/MEC Portaria Normativa Interministerial nº.22 de 30 de abril de 2007. Cria o Banco de Professor Equivalente. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf. Acesso set 2007.

DIAS, E.F. A Experiência de Constituição do ANDES-SN. In Crise Política e Organização dos Trabalhadores. **Cadernos ANDES**, nº. 21, novembro 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

IANNI, Octavio . **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1993

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MACIEL, O.O. Trabalhando a Luta, Construindo a História. **Revista Universidade e Sociedade**. No 1, 1991, CD Interativo.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MASI, Domenico de. **A Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

OFFE, Claus. **Trabalho&Sociedade**. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática.** São Paulo: UNESP, 1985.

VIANNA, C. A Produção Acadêmica sobre Organização Docente: Ação Coletiva e Relações de Gênero. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXII, nº. 77, Dezembro, 2001, pp.100-130.